

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — Wilson Fortes.

1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.

2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).

1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.

2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.

3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).

4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente — Wilson Fortes;

1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho

2.º Vice-Presidente — Nelson Buiára (MDB)

1.º Secretário — Ivo Tomazoni

2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva

3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)

4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)

Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo

Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares;

Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basílio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli

Vice-Presidente — Antonio Belinatti

David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato

Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basílio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basílio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basílio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias

(MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basílio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 184.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 22 de Novembro de 1972 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados: Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima — Arthur de Souza — Hélio Manfrinato e Maurício Fruet (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 43 Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 127-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 220-69, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 49-69, encaminhando anteprojeto de Lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná, área de terras de propriedade do Estado com 40.090,00 m², situada no Atuba, Bairro desta Capital — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima sexta-feira, dia 24, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição n.º 128-72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 185.ª Sessão Ordinária Realizada em 22 de Novembro de 1972 - (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Belinati e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Santos Lima — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima — Arthur de Souza — Hélio Manfrinato e Maurício Fruet. (4).

Verificada a existência e número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 201-72 e 202-72.
- de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 202-72.

Requerimento

Senhor Presidente:
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, Requer a consagração na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pela posse do Desembargador Izidoro Brzezinski, na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1972.

(a) Wilson Fortes

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, respeito samente, expõe e requer:

1. foi publicado no "Diário Oficial" da União, edição de 14 de novembro de 1972, o Decreto n.º 71.360, de 13 de novembro de 1972, que declarou reconhecida a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas, com os cursos de Matemática, Química, Ciências Sociais e Letras Anglo-Portuguesas, mantida pela Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, com sede em Arapongas, neste Estado.

2. O ato é de autoria do Senhor Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici e o seu registro nesta Casa reflete o sentido de justiça com que é recebido pelo povo de Arapongas, visto que veio sanar o gravíssimo problema existente no tocante à legalidade dos diplomas até então expedidos pela referida Escola.

Em razão do exposto, com fundamento no art. 134, inciso IV, do Regimento Interno, pede a inserção em Ata de um voto de reconhecimento ao Senhor Presidente da República pela vigência do ato enfocado, e, uma vez aprovado pelo Plenário, seja dada ciência a Sua Excelência e ao Senhor Ministro de Educação dessa deliberação.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1972.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, usando de suas atribuições, expõe e requer:

1 — Segundo ofício que acompanha o presente, teriam, ocorrido em Porecatu graves irregularidades, por ocasião das últimas eleições Municipais.

Entre os fatos relatados, entretanto, destaca-se a prisão do cidadão Gilberto Cândido Lima, o qual, posteriormente, foi removido, à noite, numa viatura da Polícia Militar para a estação rodoviária local e daí, por ônibus, transportado para local ignorado. Preso no dia 16 de novembro, por volta das 16,00 horas e removido naquela mesma data, às 23,00 horas, permanece o mesmo até a presente data com seu paradeiro ignorado.

2 — Face o exposto, pede a V. Exa. se digne solicitar ao Senhor Secretário da Segurança Pública as informações necessárias ao esclarecimento do fato, principalmente, no que diz respeito aos motivos da prisão, dando-se ciência do ocorrido, também, ao Senhor Secretário do Interior e Justiça.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1972.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, solicita após ouvido o Plenário, um voto de louvor ao Dr. Hildebrando Moro, MM. Juiz de Direito da Comarca de Rolândia.

Justifica-se o requerido, não só pelas qualidades de sólida cultura jurídica e trabalho, demonstrando em mais de cinco anos de permanência na comarca, mas especialmente em virtude das oportunas e inovadoras medidas tomadas por ocasião do último pleito eleitoral, que disciplinaram o afluxo às urnas, permitindo uma valorização real aos direitos do eleitor que nesse dia exerce sua obrigação cívica.

Em virtude das medidas acima aludidas, mais de 15.000 eleitores que compareceram às urnas no município, sentiram melhor a presença da justiça eleitoral a serviço da democracia revolucionária, no respeito à liberdade e identidade de cada um, dentro de suas opções eleitorais.

Particularizamos o município de Rolândia, onde vivemos, mas conhecemos o clima idêntico ocorrido em todo o nosso Estado, o que faz com que estendamos o referido voto de louvor, aos juizes de outras comarcas, que também através de trabalhos característicos da Justiça Eleitoral, concorreram para uma condição que orgulha nosso Estado neste setor.

Pego dar conhecimento ao Desembargador Alceste Ribas de Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, ao Desembargador Isidoro João Brzezinski, Presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral, e ao Dr. Hildebrando Moro, do teor do presente.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva

Requerimento

O Deputado que a presente subscreve, solicita por intermédio deste, a retirada de seu nome do documento apresentado a esta Casa, na data de 22 do corrente, no qual juntamente com outros Deputados da bancada da ARENA, concordava em eleger um Líder para representar a bancada partidária.

As razões do presente são motivadas:

1 — O Documento em tela constitui ato de política partidária, não justificando sua apresentação à mesa desta Casa;

2 — A oportunidade da deliberação sobre o assunto, deveria ser após o término da presente legislatura, na época das demarques para a escolha da Comissão Executiva a ser eleita para o biênio 73-75;

3 — A publicidade decorrente da apresentação do documento na maneira efetuada, permite interpretações diversas das razões pelas quais assinei o mesmo.

Confirmo no entanto, as intenções únicas de aperfeiçoamento e prestigiamen- to do Legislativo que motivaram minha aprovação aos termos de documen- to.

Resalto nesta oportunidade, a admiração e respeito por mim dedicados à pessoa do Senhor Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, cuja obra e trabalho é por todos conhecida e que tem na figura de seu Líder, Deputado João Mansur um fiel intérprete.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 1972.

(a) Xenofonte Villanueva

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

De acordo com entendimentos mantidos com o Líder do MDB, Deputado Sebastião Rodrigues, e o Líder do Governo, Deputado João Mansur, a Presidência suspende a sessão por 15 minutos, a fim de reunirmos as duas Bancadas na Sala das Comissões.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente. (Pausa). Não se encontrando presente o Sr. Deputado Muggiati Filho, concedo a palavra ao segundo orador inscrito Sr. Deputado Basilio Zanusso. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Basilio Zanusso e não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 102-72, de autoria do Dep. Alvaro Dias, declara de Utilidade Pública, o Centro Acadêmico "Pedreira de Freitas", pertencente a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná. Fundação de Ensino Superior de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Fadel, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 2.843,94 (dois mil oitocentos e quarenta e três cruzeiros e noventa e quatro centavos), os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, professora do ensino primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 134-72, aprova o convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro, neste Estado, e a Prefeitura Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, objetivando instituir a Fundação Universitária do Norte Catarinense, com sede e foro na cidade de Mafra. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 31-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 198-72, aprova o acordo n.º 4-72, celebrado em 26-6-72, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinado a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, por meio da participação financeira da Sudesul. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 191-72, aprova os convênios celebrados em 21-7-72, pelo Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Porecatú, Primeiro de Maio, Pitanga, Ribeirão Claro, Campo Largo, Guaraniagu, São José dos Pinhais e Rancho Alegre, com as finalidades que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 193-72, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Prudentópolis, objetivando aparelhamento da Delegacia Local, mediante dotações do FUNRESPOL e verbas orçamentárias do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 283-71, de autoria do Dep. Arzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Redentor, situado em Nova Prata, Município de Salto do Lontra. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras do Rotarianos de Paranavaí, com sede na cidade de Paranavaí. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129-72, de autoria do Dep. Antonio F. Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública, a "Pia Sociedade Beneficente Hospital Nossa Senhora das Dores", do Município de Guaraniagu. Parecer favorável da C.C.J. — COM SUBSTITUTIVO. GERAL — Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, declara de Utilidade Pública a "Fundação da Indústria Turística para reclusos e Menores de Cascavel" — FITURMEL, com sede e foro na cidade de Cascavel — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 302-67, de autoria do Dep. Eurico Batista Rosas, fazendo incidir sobre o gado, o imposto de circulação de mercadoria (ICM), somente quando de seu abate ou saída para fora do Estado, e dá outras providências. Pareceres da C.C.J. e C.F. — pela Rejeição. Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 302-67

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) incidirá sobre o gado de qualquer espécie somente quando de seu abate ou saída para fora do Estado.

Art. 2.º — O ICM relativo ao gado será recolhido nas fases de comercialização obedecendo as seguintes especificações:

I — O gado terá livre trânsito no Município produtor;

II — Quando o gado sair do Município produtor, recolher-se-á a parcela do ICM cabível ao Município, calculado sobre o valor do animal, na Exatária Estadual, através de guia especial (GE), parcela essa que será entregue, pela Exatária, integralmente, ao Município, na forma usual;

III — Se o gado sair para fora do Estado, oriundo de Município não produtor, ou for abatido em Município que não seja o da produção, será exigida a parcela do ICM cabível ao Estado, desde que comprovado, com a apresentação da GE, referida no item anterior, o pagamento da parcela que tocou ao município produtor;

IV — A falta de apresentação do comprovante mencionado no item III, no ato do abate ou da comercialização, implicará em recolhimento do ICM no seu valor total, sendo proibida comprovação em data posterior;

V — Quando ocorrer valorização do animal durante seu estágio em município não produtor, este fará jus ao recebimento da diferença que lhe for cabível.

Art. 3.º — O Estado, através da Secretaria da Fazenda, baixará instrução

dentro de quinze dias da vigência desta lei, fixando a percentagem do valor da venda do gado sobre a qual incidirá o ICM, tendo em vista o alto custo dos insumos para a produção, já onerados com o ICM no ato de suas aquisições.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de julho de 1967.

a) Deputado Eurico Batista Rosas

JUSTIFICATIVA:

O pecuarista paranaense vem sendo injustiçado, por parte do Estado, no que diz respeito à cobrança do ICM nas diversas fases de comercialização do gado, como também na sua movimentação de uma invernada para outra. Essas dificuldades, impostas aos pecuaristas com o advento do ICM, facilmente será contornadas, desde que haja compreensão do fato por parte do Estado. Pretendemos, com este projeto, corrigir uma dessas falhas, sem com isso trazermos prejuízo, de qualquer espécie, para o Estado, criando, ao mesmo tempo, facilidades no comércio de gado. Será esta, no nosso entender, uma maneira de se prestar assistência ao pecuarista, neste setor.

Os cafeicultores obtiveram, através da instrução 52-67, normas regulando a cobrança do ICM nas diversas fases de comercialização do café, num reconhecimento, por parte do Estado, de que realmente se deveria melhor assistir a esse valioso produto que é o responsável pela riqueza e pelo progresso que vimos alcançando. É justo que também voltemos nossas atenções para a outra fonte de produção do Estado: a pecuária. A aplicação desta lei aos pecuaristas criará facilidades na comercialização sem que prejuízo advenda para o Estado, razão porque achamos de justiça a aprovação deste projeto.

A título de esclarecimento, iremos aplicar esta lei na hipótese de se realizar uma transação comercial com gado bovino. Vejamos assim o seguinte exemplo:

Pecuarista do município "A" vende um novilho de dois anos a pecuarista do município "B", pelo valor de NCr\$ 120,00. Importância sobre a qual incidirá ICM, de acordo com o art. 3.º, NCr\$ 72,00, uma vez que se fizer em 40% a percentagem de insumos. Assim, deverá ser recolhido à Exatária do município "A", 3% de NCr\$ 72,00, o que dá NCr\$ 2,16, importância essa que será entregue ao município "A", na forma usual. Digamos que o novilho permaneça no município "B", dois anos, alcançando o valor de NCr\$ 250,00, quando será vendido para o abate. Importância sobre a qual incidirá o ICM: NCr\$ 150,00, de acordo com o art. 3.º, sendo de 40% a percentagem de insumos. O município "B", fará jus à parcela do ICM que corresponde à seguinte diferença:

3% de NCr\$ 150,00 dá NCr\$ 4,50 — Total do ICM dos municípios.

3% de NCr\$ 72,00 dá NCr\$ 2,16 — ICM do município "A".

A diferença destas duas parcelas é de NCr\$ 2,34, que corresponde ao ICM a que faz jus o município "B".

Quanto a parte do Estado: Ele receberá sempre a mesma importância: 12% sobre o total da operação, logo, o ICM do Estado, quaisquer que sejam as fases da comercialização do gado será sempre:

12% de NCr\$ 150,00, que dá o total de NCr\$ 18,00, que será a parte do ICM cabível ao Estado, sempre calculada na fase final da operação.

Conclusão: Este exemplo mostra que o Estado nada perde, recebe sempre a sua cota do imposto. Logo, conclui-se que se deve facilitar ao comerciante e produtor de gado facilidades com o objetivo de estimular aqueles que trabalham e geram progresso.

Esta lei será disciplinada da cobrança do ICM na comercialização do gado.

Em seu art. 1.º, o presente plano de lei, estimula o criador a ampliar a sua atividade porque o mesmo encontrará, a lhe emprestar uma real assistência, o Poder Público, num reconhecimento de suas maiores dificuldades.

O art. 2.º assegura aos municípios suas participações no recebimento de suas cotas previstas na lei que regula a cobrança do ICM. Quanto ao Estado, este receberá integralmente sua parcela de ICM, sem prejuízo algum. Prevê a lei o caso do pago sair fora do Estado, ocasião em que o Tesouro do Estado receberá integralmente o imposto que lhe assiste de direito.

O art. 3.º evitará a bitributação que é, não resta a menor dúvida, uma das grandes conquistas do ICM nas diversas fases de comercialização de qualquer artigo sujeito a pagamento de impostos. Acreditamos mesmo que a preocupação do Estado encontrar uma fórmula que resolva a cobrança do ICM, com espírito de justiça, na comercialização do gado.

O Estado do Paraná, com a aprovação desta lei, demonstrará a sua preocupação de realmente assistir ao produtor pecuarista, no setor da cobrança justa do imposto. Procedendo-se da maneira prevista nesta lei será facilmente provado que diminuirá em muito a sonegação e o criador será altamente amparado sem que, com isso, o Estado tenha diminuída a sua arrecadação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 302-67

AUTOR: Dep. Eurico Batista Rosas

SUMULA: Altera a incidência do ICM sobre gado.

1.) — O presente projeto de lei já foi objeto de exame por parte desta Comissão, em reunião realizada em 4 de outubro de 1967, quando obteve parecer contrário à sua aprovação, por inconstitucional.

2.) — A requerimento de seu próprio autor foi retirado da Ordem do Dia e encaminhado novamente a esta Comissão para exame.

3.) — Embora a ordem jurídico-constitucional tenha sofrido alterações durante o decorrer do tempo em que foi proferido o parecer mencionado até esta data, as razões da inconstitucionalidade apontada ainda perduram.

4.) — Assim é que o art. 25. § 1.º, letra a, da Constituição do Estado, estabelece a competência exclusiva do Governador do Estado na iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira.

5.) — Nestas condições, opinamos no sentido de que seja mantido o pronunciamento anterior desta Comissão, contrário à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 3 de maio, de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ovidio Franzoni — Luiz R. Soares — Santos Lima — Maurício Fruct Emílio Carazza

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 302-67.

PARECER

O Projeto de Lei que é submetido à apreciação desta Comissão, traz um

vício de origem insanável, segundo a respeitável decisão da Comissão de Constituição e Justiça.

Dessa forma, por mais meritória e tecnicamente perfeita que fosse a matéria nele contida, esta Comissão estaria decidindo no vazio, se porventura estudasse e debatesse um projeto inquinado de manifestamente inconstitucional, pelo órgão competente do Poder Legislativo.

É indiscutível que a iniciativa de leis dessa natureza é da competência exclusiva do Governador do Estado, conforme estabelecem tanto a nossa como a Constituição Federal.

Por esse motivo, opino pela rejeição do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

João Fadei — Relator

Odilon Reinhardt — Antônio Beihuati

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 38-69, de autoria do Dep. Olivir Gabardo, acresce ao artigo 128, da Lei n. 5.871, de 6-11-1968, o item que especifica. (Proventos de Aposentadoria). — Pareceres da C.C.J. e C.F. pela Rejeição. — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 38-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica acrescido ao Art. 128, da Lei n. 5.871, de 6-11-1968, o seguinte item.

I —

II —

III —

IV — quando o professor contar com mais de 70 (setenta) anos de idade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1969.

a) Olivir Gabardo

JUSTIFICATIVA:

O capítulo VII do Estatuto do Magistério Público, em seus artigos 126 e 134, trata exaustivamente do problema da aposentadoria do professor.

Na enumeração legal, feita pelo art. 126, verifica-se que três casos são predominantes para concessão da aposentadoria:

I — por invalidez.

II — compulsoriamente, quando atingido o limite de sessenta e cinco (65) anos de idade.

III — omissis...

O limite a que alude o n. II referido poderá ser prorrogado se assim o colegiado, a congregação ou órgão equivalente da S.E.C. o decidir, permitindo-se, neste caso, que o funcionário atinja a idade de setenta (70) anos quando, então, não mais poderá haver qualquer protelação (§ 1.º — art. 126).

Entretanto, separando-se para efeito de melhor análise veremos que o professor aposentado compulsoriamente por haver atingido o limite máximo de idade, não vem sendo tratado com o devido respeito, a exemplo do que o fazem outros regulamentos concernentes a membros dos quadros de Servidores do Estado, "exemplo garantia", o Estatuto do Ministério Público do Estado (Lei n. 5.849, de 1-10-1968, publicada no Diário Oficial do Estado, n. 177) em seu artigo 74, que estabelece:

Art. 74 — O agente do Ministério Público será aposentado:

I — por invalidez.

II — compulsoriamente aos setenta (70) anos de idade.

III — facultativamente, após trinta (30) anos de serviço público.

§ 1.º — Em todos esses casos a aposentadoria dar-se-á com vencimentos integrais.

No mesmo sentido é o que dispõe o art. 139 da vigente Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Paraná (Lei n. de 15-7-1969), que assim dispõe:

Art. 139 — A aposentadoria dos magistrados será compulsória aos setenta (70) anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta (30) anos de serviço público, em todos estes casos com vencimentos integrais.

Como se está a ver nas aposentadorias compulsórias, por haver o funcionário atingido o limite máximo ali ficado, aos setenta (70) anos, são elas concedidas com a integralidade de vencimentos percebidos pelo servidor.

Adianta salientar que não se cogita nos casos supra indicados, dos Magistrados e membros do Ministério Público, de disposições que firam o espírito ou a letra da lei constitucional Estadual.

Sabe-se que as disposições da Lei Magna Estadual são bem claras a respeito do tema; assim, no art. 71, se dispõe:

Art. 71 — O funcionário será aposentado.

I — por invalidez.

II — compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade.

III — omissis...

2.º — Atendendo à natureza especial do serviço, a lei poderá reduzir os limites da idade e o tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco (65) e vinte e cinco (25) anos, respectivamente para aposentadoria compulsoriamente digo compulsória e para a facultativa, com as vantagens do item I, do art. 72.

O Art. 72 prescreve:

Os proventos da aposentadoria serão:

I — integrais, quando o funcionário:

a) — contar trinta e cinco (35) anos de serviço, se do sexo masculino, e trinta anos de serviço, se do sexo feminino;

b) — omissis...

É claro que o legislador constitucional estadual recolheu idêntica disposição, "ipsis litteris", do art. 100, e sua remissão ao artigo seguinte da Constituição Federal de 1967.

Inferre-se da exegese do disposto pelo § 2.º do art. 71 da Carta Estadual, equivalente § 2.º do art. 100 da Constituição Federal vigente, duas proposições básicas:

a) — quando à idade, limite nunca inferior a de sessenta e cinco (65) anos de idade, como teto para a aposentadoria compulsória, e

b) — vinte e cinco (25) anos de tempo de serviço público para a aposentadoria facultativa, aliados esses fatores a natureza especial do serviço, ou classe de servidores, para que possa, nos termos do art. 101, inciso I da Carta Federal, e 72, inciso I da Estadual, ser aquinhado o funcionário com os proventos integrais da aposentadoria.

O Estatuto do Magistério do Estado, atendendo a essa faculdade outorgada pelo legislador constituinte, determinou no art. 126, inciso II, que a compulsoriedade atingirá o professor quando este completar sessenta e cin-

co (65) anos de idade, havendo possibilidades de sua permanência no cargo até setenta (70) anos de idade, se ocorrer a possibilidade prevista no seu art. 126, inciso III e § 1.º.

Ocorre que não se vedou expressamente a possibilidade de vir o professor, que é aposentado compulsoriamente, perceber a integralidade de seu vencimento, visto que, o limite mínimo de vinte e cinco anos (25) atinge o outro tipo de aposentadoria, conhecida como facultativa.

Como se sabe, a aposentadoria pode ser "compulsória" ou "facultativa", esta distribuída ao direito subjetivo do funcionário que já conte com o tempo mínimo de serviço, aquela, forçada ante o atingimento da idade limite.

Há, não resta dúvida, uma imposição forçada por parte do organismo estadual, ao qual adere o funcionário que se vê obrigado a deixar as funções que exerce, no caso o magistério, por limite de idade, e ainda deixar de perceber o que vinha aganhando, por sua "capitis diminutio", infligida pela lei, por ter completado a idade máxima.

Tal não parece justo nem correto.

Não se trata, por outro lado, de ir contra a nova política de imposição de aposentadoria, que cortou cerce característica que o instituto vinha mantendo, com o fato de se promoverem funcionários que estivessem em condições de merecer amparo legal, no ato da aposentadoria.

Aqui, o que se pretende evitar, é exatamente o contrário, isto é que o professor, ao ser aposentado compulsoriamente, como verdadeiro ato de força, por haver completado a idade limite, tenha uma redução em seus ganhos. Ora, ser professor é, além do mais, prestar um relevante serviço público, manter um determinado padrão de vida, marcado sobretudo pela austeridade e pela retidão do comportamento que, necessária e inapelavelmente, deverá o mestre ostentar na comunidade em que vive.

Tirar-lhe o exercício de tão relevante munus, e ainda computar-lhe uma proporcionalidade de vencimentos ao tempo exercido, não parece curial nem compadece com os limites da Justiça Distributiva, e, ainda, por via de consequência, fere-se o princípio de isonomia, que a todos deve atingir, mormente quando se trata de função de tão grande utilidade social.

Se o próprio Estatuto (Lei 5.871) reconheceu a possibilidade de redução de idade teto para sessenta e cinco (65) anos de idade, via de regra entendeu, também, que a função do magistério é de "natureza especial" conditio sine qua non" para o entendimento apontado.

O que se pede é, em síntese, a modesta igualdade que forçosamente deve existir entre Promotor, Magistério e Professor, e outras categorias, não se perquirindo da reconhecida importância das funções por eles exercida.

O que se pretende é apenas eliminar uma injustiça que está a atingir parte ponderável do Magistério Estadual, que se verá, assim, desconsiderada, numa comparação de direitos e vantagens perante outros pares do serviço público estadual, face a natureza especial de seus misteres.

Como se vê, não há, absolutamente, nenhuma inconstitucionalidade na correta apreciação da matéria, sendo, pelo contrário, perfeita a incidência constitucional do que se pretende, dando-se jurisdição, da integralidade de vencimentos ao professor que é aposentado compulsoriamente, por haver atingido o limite máximo de idade.

Na norma constitucional visa estabelecer um comando frente à pública Administração, determinando-lhe como deve praticar um ato que é de sua exclusiva competência, qual o de aposentar os seus funcionários, desde que se observe aquele mínimo necessário que ela esteriotipou.

Há, assim, verdadeira norma de conduta padronizada pela Lei Federal, que, entretanto, não esgotou, na sua redação legal, o casuismo que poderá revestir o legislador estadual ao regular os serviços de natureza especial, que a complexidade do Estado moderno está a exigir.

A aposentadoria compulsória, embora benigna em seus fundamentos, não deixa de revestir um ato de força do Estado para com o seu servidor, se o afasta impondo-lhe, via de consequência, uma quebra no seu "modus" vivendi, pela redução de proventos que lhe impõe, exatamente por não lhe deixar outra alternativa. Há, aí, um direito cogente, imperativo, que entretanto, pode ser suavizado com a alteração que se almeja.

A diferença entre as aposentadorias facultativa e compulsória assenta no critério de que, na última, não há outra alternativa e, em alguns casos, como no tratamento dispensado aos Magistrados, pode até aquela ser iniciada "ex-officio" por parte do Poder Judiciário.

Poderemos informar que não há sequer qualquer referência à vontade do servidor, que fica cativo aos dispositivos legais, uma vez atingida a idade proposita.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 38-69

AUTOR: Dep. Olivir Gabardo

SÚMULA: Estabelece a aposentadoria com proventos integrais ao professor que contar com mais de 70 anos de idade.

P A R E C E R

1) — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Olivir Gabardo, tem por objetivo permitir a aposentadoria dos professores, quando contarem com mais de 70 anos de idade, com vencimentos integrais.

2) — O projeto em muito bem justificado, demonstrando o acerto da proposição, inclusive cita exemplos que ocorrem com a Magistratura e com o Magistério Público, em que a aposentadoria por limite de idade dá-se aos 70 anos e com vencimentos integrais.

3) — Todavia, a Constituição Federal, em seu artigo 102, estabelece que os proventos da aposentadoria serão integrais apenas quando o funcionário contar com 35 anos de serviço, para o sexo masculino, e 30 anos para o sexo feminino, ou se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável. Fora desses casos, se contar com menos tempo, os proventos serão proporcionais a esse tempo de serviço.

4) — Assim, o plano de lei ora em exame fere disposição da Carta Magna, pelo que opinamos pela sua rejeição.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Cândido M. de Oliveira — Santos Lima — Emílio Carazzai e Luiz

Roberto Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 38-69

1) — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Olivir Gabardo, visa a permitir a aposentadoria dos professores, quando contarem com mais de 70 anos de idade, com vencimentos integrais.

2) — A dita Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se contrariamente à proposição.

3) — Acompanhamos também o entendimento daquela Comissão, pelo que opinamos pela rejeição do projeto.

E o parecer s.m.j.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1972.

aa) Fúal Nacli — Presidente.

Odilon Reinhardt — Relator

João Fadell — Antônio Lopes Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à viúva Maria Coeli Pernechele. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 11-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Maria Coeli Pernechele, viúva do Engenheiro Agrônomo Carlo Pernechele, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de abril de 1972.

a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente iniciativa é amenizar, em parte, a situação precária em que se encontra a viúva Maria Coeli Pernechele, esposa do Engenheiro Agrônomo Dr. Carlo Pernechele, assassinado entre 6, 7 e 8 de agosto de 1964, por ocasião de conflito de terras em Três Barras, na Serra do Farão, Gleba Andrade, Município de Catanduvas, Comarca de Cascavel. Estava a serviço do DGTC (Departamento de Geografia, Terras e Colonização) em medição de Terras litigiosas, quando foi assassinado.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, no final, sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 11-72

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 à viúva Maria Coeli Pernechele.

PARECER

A iniciativa do nobre Deputado Wilson Fortes, que visa conceder pensão mensal à viúva Maria Coeli Pernechele, está articulada e justificada, em consonância com o que determina o artigo 123 e seus parágrafos, do Regulamento Interno.

O Projeto em referência não apresenta qualquer vício de ordem legal ou constitucional, por outro lado, quanto à sua oportunidade convence-nos a justificativa do Autor.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Cândido M. de Oliveira — Santos Lima — Ovidio Franzoni — Erondy Silvério — Maurício Fruet

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER DO PROJETO DE LEI N.º 11-72

1) — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Wilson Fortes, autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), à viúva Maria Coeli Pernechele.

2) — Sobre a referida proposição, já se pronunciou favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

3) — Trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual não vemos qualquer impedimento de ordem financeira para deixar de acolhê-la nesta Comissão.

4) — Assim, sendo, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1972.

aa) Fúal Nacli — Presidente

Maurício Fruet — Jorge Sato

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 192-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 49-72, encaminhando Proposta Orçamentária que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Paraná, para o Exercício Financeiro de 1973. — Com Pareceres da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre o requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 202/72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quilise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei n.ºs. 201/72 e 202/72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes e outros, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela posse do Desembargador Izidoro Brzezinski, na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo advento legal da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Arapongas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Dr. Hildebrando Moro, Juiz de Direito da Comarca de Rolândia, pelos relevantes serviços prestados no último pleito eleitoral. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando a retirada do seu nome do documento apresentado a esta Casa, em 22 do corrente. — Será acrescentado ao protocolo lido na Sessão de 21-11-72.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando informações ao Senhor Secretário de Segurança. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando informações ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para discutir) Sr. Presidente e Srs. Deputados. Tomamos conhecimento na tarde de ontem, do Requerimento de Pedido de Informações do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, e a exemplo do que temos feito aqui nesta Casa com relação a todos os Requerimentos de Informações que dizem respeito à Administração Pública, nós já demos exemplos em outras ocasiões, votando favoravelmente, porque o Governo do Governador Pedro Viriato Parigot de Souza tem as portas abertas para todos os atos praticados pelos seus auxiliares. Razão por que a Bancada do Governo, vota favoravelmente ao Requerimento de informações ora em foco.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Concedo a palavra ao Sr. Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente eu queria congratular-me com o nobre Líder do Governo por esta atitude que evidencia o real propósito do Governo do Estado e dos seus representantes nesta Casa, que o povo tenha de fato um melhor conhecimento de tudo aquilo que se processa na alta esfera da administração estadual. Não tinha e não tem outro propósito o Requerimento que formulamos ao Badep senão aquele de esclarecimento em seus detalhes mais amplos, a transação para aquisição do prédio próprio por aquele órgão. Resta-me agradecer e congratular-me com o nobre Líder do Governo, e, através dele, com o Governo, por este propósito de facilitar ao Deputado o cumprimento de sua missão e esclarecer ao povo do Paraná sobre atos administrativos do Governo. Resta um último apelo ao Líder do Governo no sentido de que insista junto ao Badep para que ele, efetivamente, nos responda ao Requerimento de informações formulados porque é uma excelente política esta do Governo do Estado, de favorecer a aprovação no Plenário desta Casa, já que a Bancada do Governo conta com uma maioria que permitiria a aprovação de todo e qualquer requerimento formulado, já que é uma excelente política esta de Requerimento de informações. Pego que seja completada com a resposta pelos órgãos inquiridos, porque há poucos dias atrás formulávamos nós um Requerimento ao DER acerca da suspensão do contrato de uma firma encarregada da Estrada que liga Marinelheiro a Francisco Beltrão, a Barracão e até hoje o DER não deu resposta ao Requerimento que é do interesse da região que nós Deputados representamos nesta Casa. De nada vale a aprovação do Requerimento, sem a resposta aos quesitos nela formulados. Deixo aqui registrada a excelente impressão da Bancada aqui representada pelo nobre Líder do Governo e também nosso apelo para que o Badep responda no mais breve tempo aos quesitos formulados. É uma contribuição que todos nós estamos dando ao Governo sobre seus atos e dirimindo as dúvidas que sobre o mesmo possa recair.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Deputado Xenofonte Villanueva. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para explicações pessoais ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Venho à Tribuna para falar em explicação pessoal, a fim de dirimir dúvidas que talvez houvessem com relação ao resultado eleitoral no município de Alto Paraná, quando das apurações das eleições de 15 de novembro, o povo de Alto Paraná escolheu, levou e levará à Prefeitura agora em janeiro, ao Prefeito Agostinho Stefanello.

Agostinho Stefanello, já foi prefeito daquele município por duas vezes e vem agora pela vontade livre e democrática do povo honrado e digno de Alto Paraná, para um período de mais quatro anos, com a capacidade e a inteligência que sempre demonstrou, e não só Alto Paraná, como todo o Estado, conhece a capacidade administrativa de Agostinho Stefanello.

Ela nossa presença aqui se faz, por termos lido no "Estado do Paraná", e deve ter sido divulgado também em outros órgãos de imprensa do Estado, de que o Sr. Vicente Simino teria feito um pedido junto ao Tribunal Regional Eleitoral, para verificar se houve fraude ou não naquele município durante as eleições.

Nós viemos aqui para dizer aos Srs. Deputados e a todo o Paraná, que as eleições de Alto Paraná transcorreram em clima normal e democrático. E claro, houve dois candidatos, o opositor do Sr. Agostinho Stefanello, Sr. Acácio e que foi derrotado nas eleições; é um homem de bem, digno e honrado, fosse outro candidato menos capaz e menos digno, não teria tido somente a diferença de 300 votos. Fica aqui então registrado nesta Casa e com satisfação que o povo de Alto Paraná elegeu um homem já conhecido não só naquele Município, Agostinho Stefanello, como em todo o Estado.

O SR. JOÃO MANSUR — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero congratular-me com V. Exa. por esta vitória. Eu, que conheço Alto Paraná porque há muitos anos lá estive, mas que conheço Agostinho Stefanello que foi prefeito e quantas e quantas vezes, em companhia do ex-Deputado de saudosa memória aqui nesta Casa, Miran Pirin, ele percorreu as Secretarias de Estado, lutando pelas reivindicações do seu Município. Por isso, está de parabéns Alto Paraná. E a V. Exa. que não bem representa aquele Município, as minhas congratulações e a Agostinho Stefanello os votos de felicidades, para que ele possa emprestar por mais quatro anos, o seu vigor, o seu entusiasmo, a sua honestidade em favor daquele povo e em favor daquele Município. Era o aparte.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Agradeço o aparte. E nós levaremos a sua palavra e o seu abraço a Agostinho Stefanello e ao povo de Alto Paraná, que sem dúvida alguma como já disse, pela experiência, pela capacidade que tem demonstrado em tantos anos de trabalho, Alto Paraná terá agora nos próximos quatro anos a certeza do trabalho, da dignidade e honradez em favor do seu povo. Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para o dia 24, sexta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 283-71, 110-72, 129-72 e 139-72.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 302-67, 38-69, 11-72 e 192-72.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 134-71, 170-71, 209-71 e 267-71.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias, do mês de outubro, do ano de hum mil, novecentos e setenta e dois às quinze horas e trinta minutos após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com convocação realizada no dia vinte e três do corrente, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Luiz Roberto Soares, Cândido Martins de Oliveira, Emilio Carazzai, Santos Lima, Mauricio Fruet, Paulo Camargo e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada, sem restrições a Ata da reunião anterior. Constatou da Flora do Expediente Offício da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, solicitando aprovação e apoio à Indicação n.º 1217, de autoria da Deputada Aracy de Souza, no sentido de que a prestação do Serviço Militar se torne extensivo à mulher brasileira. O Senhor Deputado Mauricio Fruet solicita a palavra para indagar da Presidência da possibilidade de comparecer às reuniões da Comissão com camisa esporte. O Senhor Presidente esclarece que o Regimento Interno é omissivo no assunto, mas coloca a matéria em votação do Plenário. Em votação. Aprovada a proposição do Senhor Deputado Mauricio Fruet, por unanimidade. Passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 63/72, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo, através do DER, isentar do pagamento da taxa de utilização do ferry boat, que liga os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo de professor de estabelecimento público quando em trânsito do ou para o local de trabalho e dá outras providências. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 92/72, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 103/72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Diretório Frederico Hermann, pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 105/72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Declara de utilidade pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 125/72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 33/72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — Telepar, o imóvel que especifica, situado em Calobá, Município de Matinhos. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 130/72, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso e outros. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Dr. Roland Zimmermann, Cônsul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 137/72, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinatti. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Empresário Horácio Sabino Coimbra, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 138/72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 141/72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Em votação. O Deputado Mauricio Fruet pede a palavra para falar sobre a inovação do parecer desta Comissão, que foi dado ao Projeto de Lei n.º 255/71, daí então votar contra ao parecer em apreço, pois se trata da mesma matéria. Deputado Luiz Roberto Soares vota contra o parecer entendendo que o Ato Complementar n.º 1, e a Lei que criou o Município de Francisco Alves é lei sem que precise de referendo para isto. O Deputado Cândido M. de Oliveira, autor do Projeto de Lei em discussão, esclarece o porque da autoria deste Projeto. Diz que quando da discussão do Projeto de Lei 255/71 sugeriu que se ouvisse o Ministério da Justiça, neste meio tempo tomou conhecimento de um parecer do Ministério da Justiça favorável neste sentido. Daí solicitou que fosse dado tramitação ao 255/71, e apresentou novos Projetos de Lei neste setor. O Deputado relator Paulo Camargo esclarece que só no Estado do Paraná ocorre lei desta natureza, em todo o território nacional não foi feita nenhuma reforma territorial. O Deputado Emilio Carazzai vota a favor do parecer. O Deputado Santos Lima vota contra o parecer considerando que esta Comissão já apreciou anteriormente matéria desta natureza e aprovou, fundamentando-se no princípio legal. Os Deputados Igo Losso, Roberto Soares e Cândido Martins de Oliveira votam contra o parecer. Rejeitado o parecer. Designado novo relator para relatar de acordo com o vencido. Deputado Luiz Roberto Soares. 10) — PROJETO DE LEI N.º 142/72, de autoria do Senhor Deputado Cândido M. de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo efetivar os atuais Servidores contratados como pesadores, que contem mais de cinco anos de serviços prestados ao Estado e dá outras providências. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 147/72, de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 148/72, de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Itapejara do Oeste. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 152/72, de autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni. Institui o Dia do Médico, a ser oficialmente comemorado no Estado do Paraná em 16 de Outubro de cada ano. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 154/72, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente denominada Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 157/72, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 159/72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo enquadrar no nível 22 do Quadro Próprio do Magistério Estadual,

Diretores de Estabelecimentos Oficiais de Ensino Primário, que preencham requisitos exigidos por lei. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 165/72, de autoria do Senhor, digo do Poder Executivo. Mensagem n.º 42/72, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal, imóvel constituído de terras rurais da Gleba Cascavel, com área de 1.264.329,00 m2. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 166/72, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Transfere a responsabilidade do DER, a estrada que liga os Municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades que especifica. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 169/72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Rencanópolis, Município de Sengés. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável com substitutivo geral. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 170/72, de autoria do Senhor Deputado. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Iolanda, Município de Ubatã. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável com substitutivo geral. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 171/72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Dá novas divisas aos Distritos Administrativos de Prancrita e Santo Antônio do Sudoeste, no Município de Santo Antônio do Sudoeste e cria os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Florido e Maracanópolis no referido Município. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 174/72, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Maringá os bens que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 175/72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Assegura o direito de lecionarem o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano letivo, aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º, do Decreto n.º 15.861, de 5.7.69, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N.º 180/72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Autoriza o Poder Executivo construir, através do DAEE, com verba orçamentária própria a linha energética da sede do Município de Sengés a sede do Distrito de Rencanópolis. Relator Deputado Cândido M. de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 25) — PROJETO DE LEI N.º 183/72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar o Conselho Estadual de Prevenção à Poluição Ambiental, integrado na estrutura administrativa da Secretaria de Saúde Pública, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: no sentido de que seja devolvido ao Autor do Projeto, a fim de que se faça novo exame da matéria. Deferido. 26) — PROJETO DE LEI N.º 184/72, de autoria do Senhor Deputado Quilsele Crisóstomo da Silva. Denomina Amabile Possobom, o Grupo Escolar de Vila Oliva, Município de Astorga. Relator Deputado Cândido M. de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 27) — PROJETO DE LEI N.º 186/72, de autoria dos Senhores Deputados Jorge Sato e Lázaro Dumont. Autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, da cidade de Mandaguari. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 28) — PROJETO DE LEI N.º 187/72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 51/72, encaminhando anteprojeto de lei que visa abrir crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00, destinados à subscrição pelo Estado do Paraná, de ações no aumento de capital da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 29) — PROJETO DE LEI N.º 163/69, de autoria do Senhor Deputado Paulo Poli. Autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Umuarama, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável com substitutivo geral. Aprovado. 30) — PROJETO DE LEI N.º 12/68, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Estabelece normas para inscrição ao exame de admissão ao curso ginasial, e dá outras providências. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: contrário. Aprovado. 31) — PROJETO DE LEI N.º 208/69, de autoria do Senhor Deputado Silvio Barros. Estabelece parcelamento para débitos fiscais devidos à Fazenda Estadual, e dá outras providências. Relator Deputado Cândido M. de Oliveira. Solicita seja convertido em diligência junto à Secretaria da Fazenda. Deferido. 32) — PROJETO DE LEI N.º 419/67, de autoria do Senhor Deputado Olívio Belich. Declara de utilidade pública o Colégio Notarial do Estado do Paraná. Relator Deputado Mauricio Fruet. Requer seja convertido em diligência junto ao Colégio Notarial a fim de proceder juntada de documentos. Deferido. 33) — PROJETO DE LEI N.º 280/66, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas. Autoriza o P.E. transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Aprovado. 33) — PROJETO DE LEI N.º 373/66, de autoria do Sr. Deputado Arnaldo Busato. Declara de utilidade pública a Associação de Ensino Bom Jesus, desta Capital. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 34) — PROJETO DE RESOLUÇÃO 26/72, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. Constitui Comissão Parlamentar que representará o Poder Legislativo do Estado, para visitar Hyogo, em atenção a convite do Governador daquela província. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Aprovado. 35) — PROPOSIÇÃO 134/72, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Negro. Ofício n.º 110/72, encaminhando para aprovação Lei n.º 70/72, sancionada por aquele Executivo Municipal. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 36) — PROPOSIÇÃO 188/72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 43/72, encaminhando cópia de acordo celebrado entre o Governo e a Sudesul, para participação financeira no Fundo de Água e Esgotos. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 37) — PROPOSIÇÃO 191/72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 46/72, encaminhando cópias de convênios celebrados entre o Estado e os Municípios que especifica, para fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do Funrespol. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 38) — PROPOSIÇÃO 192/72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 47/72, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado entre o Estado e o Município de Florestópolis, para fornecimento de equipamentos à Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 39) — PROPOSIÇÃO 193/72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 48/72, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Estado e o Município de Prudentópolis, para fornecimento de equipamentos à Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 149-72, 159-72, 160-72, 174-72, 183-72, 187-72, 194-72 e 195-72, todos concluindo que os Vetos estão em condições de ser apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos

legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado Armando Queiroz — Presidente;
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 30.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como não constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado A. Maciel Filho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 72/70 — de autoria do deputado Túlio Vargas, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação a rodovia no Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros. PROJETO DE LEI N.º 91/70 — de autoria do deputado Paulo Poli, que cria uma Escola Normal de Grau Secundário no Município de São João do Caiuá. PROJETO DE LEI N.º 254/70 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Cidade Gaúcha. PROJETO DE LEI N.º 290/70 — de autoria do deputado Wilson Fortes, que cria a Escola Normal de Itamaracá, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 316/70 — de autoria do deputado Olavo Ferreira, que dá nova redação à Lei n.º 6.156, de 2-10-70 “enquadramento de professores no curso secundário”. PROJETO DE LEI N.º 18/71 — de autoria do deputado Cândido M. M. de Oliveira, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino, no Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 128/71 — de autoria do deputado Xenofonte Villanueva, que cria um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, na cidade de Rolândia, para funcionar no ano de 1972. PROJETO DE LEI N.º 248/71 — de autoria do deputado Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a denominar Dom Manuel da Silveira D'Elboux, um estabelecimento de ensino primário desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 232/71 — de autoria do deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo a denominar Acyr José, um dos Grupos Escolares desta Capital. PROJETO DE LEI N.º 23/72 — de autoria do deputado Domicílio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Bituruna e Palmas, passando pelos Distritos de Ubaldo Taques. PROJETO DE LEI N.º 24/72 — de autoria do deputado Alvaro Dias, que declara de utilidade pública, a Liga Regional de Futebol de Londrina, com sede em Londrina. PROJETO DE LEI N.º 32/72 — de autoria do deputado Arizone Araújo, que declara de utilidade pública a Associação Lar das Meninas da Cidade de Francisco Beltrão. PROJETO DE LEI N.º 3/72 — de autoria do deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telêmaco Borba. PROJETO DE LEI N.º 53/72 — de autoria do deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo a isentar da taxa de água e esgotos, os hospitais de caridades, albergues e entidades assistenciais e filantrópicas. PROJETO DE LEI N.º 61/72 — de autoria do deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a criar no Banco do Estado do Paraná S.A., a Carteira de Financieira da Educação, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 119/72 — de autoria do deputado João Mansur, que concede o Título Honorário do Paraná, ao Exmo. Sr. Coronel Rodolfo Gustavo da Paixão Netto, Chefe do Estado Maior da 5.a Região Militar. PROJETO DE LEI N.º 126/72 — de autoria do deputado digo do Poder Executivo — Mensagem n.º 34/72, encaminhando anteprojeto de lei que visa alienar imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes n.ºs. 21 e 22 da Planta Praça Santos Andrade, com frente para a rua Conselheiro Laurindo e esquina com a rua Marechal Deodoro, nesta Capital. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente
Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 72-70 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 335, numa extensão de 40 quilômetros, até o rio Piquiri, divisa com o Município de Campina da Lagoa.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 91-70 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de São João do Caiuá, uma Escola Normal de grau secundário, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 254-70 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica criada a Escola Comercial de Cidade Gaúcha, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
Sala das Comissões, em 21-11-72.
A. MACIEL FILHO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 290-70 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Normal de Itamaracá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72.

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 316-70 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º A Lei n. 6.156, de 2 de outubro de 1.970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º O artigo 10 da Lei n. 5.957, de 20 de junho de 1.969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os atuais Professores de Educação Física e Orientadores Educacionais, em exercício específico dessas funções, portadores respectivamente de Curso Superior de Educação Física e diploma de Orientador Educacional, enquadrados atualmente no ensino primário ou médio, serão enquadrados mediante requerimento, os primeiros na classe de Professor Licenciado, nível — 24, e os seguintes, na classe de Orientador Educacional, nível — 23.

Parágrafo único. O enquadramento de que trata este artigo, será estendido também, aos portadores de diploma de licenciado em Pedagogia e Música, em exercício no curso primário ou médio, os quais serão enquadrados na classe de Professor Licenciado, nível — 24”.

Art. 3.º Os cargos isolados de provimento em Comissão de Diretor da Diretoria de Administração, Diretor da Diretoria da Despesa Fixa e Diretor do Departamento Estadual de Estatística, do Quadro Único do Pessoal, da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, ficam elevados ao símbolo imediatamente superior da respectiva tabela de remuneração.

Art. 4.º Aos integrantes da Série de Classes de Engenheiro do Quadro Próprio de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, fica instituída uma gratificação mensal de produtividade, referente à administração e fiscalização de obras de serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente
A. MACIEL FILHO
MUGIATTI FILHO
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 18-71 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º A educação no Estado do Paraná, observados os princípios constitucionais e as diretrizes e bases da educação nacional, rege-se por esta lei e pela legislação complementar.

Art. 2.º Ao Governo do Estado compete definir, modificar e executar a política educacional do Estado.

§ 1.º O Conselho Estadual de Educação, ouvidos os órgãos competentes da Secretaria de Educação e Cultura ou aqueles a ela vinculados, expedirá normas para execução da política educacional.

§ 2.º A Secretaria de Educação e Cultura, por seus órgãos subordinados ou vinculados, é responsável pela execução da política educacional do Estado.

Art. 3.º A educação no Estado do Paraná, inspirada nos princípios de liberdade, de solidariedade humana, democráticos e cristãos, tem por fim:

a) — a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, de cidadão do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;

b) — o respeito às liberdades fundamentais do homem;

c) — o fortalecimento da unidade estadual, da unidade nacional e da solidariedade internacional;

d) — o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

e) — o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;

f) — a preservação e expansão do patrimônio cultural;

g) — assegurar a igualdade de tratamento, independentemente de convicção filosófica, política ou religiosa, e impedir a criação de quaisquer preconceito de classe ou raça;

h) — a humanização de todos os setores da vida social, respeitando-se a dignidade pessoal do homem, como valor fundamental da ordem econômica social e política;

i) — o oferecimento, a todos os habitantes do Estado, de idênticas oportunidades educacionais, a fim de habilitá-los a participar efetivamente de seu patrimônio social e econômico;

j) — a adaptação entre os tipos de ensino propiciados pelas escolas e as necessidades do desenvolvimento regional e nacional;

l) — a pesquisa de vocação, o desenvolvimento de aptidões e a oportunidade de orientação profissional, tendo em vista a perfeita e harmônica integração do educando na comunidade de trabalho.

Art. 4.º Para serem atingidos os seus fins a educação, no Estado do Paraná, estará firmada nos seguintes fundamentos:

a) — numa concepção do ser humano que considere os homens, seres

racionais, sociais e livres, com uma vocação a um destino que transcenda o mero processo histórico no qual estão inseridos, sendo a razão e o fim de todas as instituições, iguais e sujeitos de direitos naturais que definem a área própria do seu direito à vida, à liberdade pessoal, ao uso dos bens materiais, ao trabalho, à associação, à participação na vida social e política;

b) — na idéia do bem comum, entendido como o conjunto de condições e meios concretos necessários às comunidades para que possam viver e oferecer a todos os seus membros a possibilidade de se realizarem material e espiritualmente;

c) — num conceito de liberdade, pelo qual liberdade é, simultaneamente, a capacidade de cada um fazer o que deseja, dentro dos limites da área específica de seus direitos naturais, sem praticar nem sofrer coerção no plano espiritual, social, político ou econômico, subordinada ao bem comum;

d) — na realidade e importância das comunidades humanas, em que os homens, por condições de sua natureza e exigência de sua vida acham-se dispostos em comunidades naturais, de diversos níveis como o familiar, o do trabalho, o religioso, da vizinhança, do município, da região, do Estado, da nação e do mundo, nas quais exercitam as suas características de pessoas humanas, e, através das quais, devem, solidários, realizar seu destino pessoal;

e) — num conceito sobre a instituição familiar pelo qual a família é uma comunidade e instituição primordial, anterior e superior à sociedade civil, que tem por finalidade a procriação, a educação da prole e a ajuda mútua entre os seus membros;

f) — numa concepção sobre propriedade, que reconhece, como direito fundamental da pessoa humana, o direito ao uso dos bens materiais e que a propriedade desses bens é condicionada à sua função social;

g) — num conceito sobre o trabalho humano, entendido como expressão da pessoa humana, como força criadora e transformadora das riquezas e como valor primordial de toda a economia, necessário à manutenção, ao desenvolvimento e à realização pessoal de cada homem, e à manutenção da vida social e comunitária, especial a familiar;

h) — na idéia de justiça social, entendida como o dever de cada cidadão de concorrer para o bem comum da sociedade e desta receber o que lhe é necessário para o desenvolvimento de sua personalidade e o cumprimento de suas funções sociais;

i) — numa concepção de Estado, entendido como a própria sociedade politicamente organizada, tendo por objetivo a garantia dos direitos humanos, a promoção e a guarda do bem comum e o incremento do progresso, da unidade e da paz.

Art. 5.º Os serviços de educação e cultura destinam-se ao oferecer a todos oportunidades iguais para o desenvolvimento da personalidade a fim de habilitá-los à plena participação nos direitos e deveres da sociedade e nos benefícios da civilização.

Art. 6.º Em permanente articulação com a família, no propósito de tornar efetiva a responsabilidade dos pais na educação dos filhos, a escola terá sempre em vista uma perfeita integração social dos alunos.

Art. 7.º A educação é direito e dever de cada indivíduo e a todos será assegurada, na medida da respectiva capacidade, igual oportunidade de recebê-la.

Art. 8.º O direito à educação é assegurado:

I — pela obrigação do Poder Público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da Lei em vigor;

II — pela obrigação dos municípios, solidária e harmonicamente com o Estado, para a difusão do ensino fundamental;

III — pelo dever imposto às empresas industriais, comerciais e agrícolas, de proporcionar escolaridade obrigatória completa e gratuita aos seus empregados e filhos destes, segunda as leis que regem a matéria;

IV — pela gratuidade do ensino oficial no nível fundamental;

V — pela obrigação dos proprietários rurais que não mantiverem escolas de ensino fundamental para crianças residentes em suas glebas, de lhes facilitar a frequência às escolas mais próximas ou propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas;

VI — pelo dever, imposto às empresas comerciais e industriais, de prover, em cooperação, a formação da respectiva mão-de-obra nos termos da legislação federal específica;

VII — pela concessão de auxílios e subvenções a estabelecimentos de ensino mantidos pelos municípios ou particulares que admitam alunos gratuitos, ou financiamento a essas escolas para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos.

Art. 9.º O Poder Público promoverá e estimulará a assistência social escolar de estudantes carente de recursos.

Art. 10.º O conjunto de normas que disciplinam, em seus vários aspectos o processo educativo desenvolvido no Paraná, constitui o sistema estadual de educação.

Art. 11.º A rede de escolas estaduais municipais e particulares, existentes no Estado do Paraná, vincula-se ao sistema estadual de educação, ressalvadas as exceções que as diretrizes e bases da educação nacional, fixadas por Lei, reservarem à competência federal.

Art. 12.º O sistema estadual de ensino permitirá variedade de cursos e flexibilidade dos currículos, favorecendo o desenvolvimento contínuo e terminal do processo educativo, em relação a cada nível ou etapa.

Art. 13.º O sistema estadual proverá o estímulo, a experiência pedagógica que tenham em vista aperfeiçoar o processo educativo, inclusive pela organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, métodos e períodos escolares próprios.

Art. 14.º O Poder Público promoverá e amparará a difusão de cursos de alfabetização funcional, de educação continuada e de revisão da formação profissional, inclusive aqueles que sejam utilizados os meios de ampla divulgação, como o rádio e a televisão, de utilidade pública.

Art. 15.º Autorizado está o Poder Executivo a criar fundações educacionais para todos os níveis e ramos de ensino, sempre que julgar necessário, em cooperação ou não, com os municípios ou entidades particulares.

Parágrafo único. O pessoal que nelas servir ficará sujeito, exclusivamente às leis trabalhistas, recebendo pelas dotações que a Fundação houver do Estado, níveis salariais idênticos ao do Quadro do Funcionalismo.

Art. 16.º A educação no Estado será promovida segundo planejamento contínuo, que se integra no do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único. Para o fim do disposto neste artigo, os órgãos do

Poder Público Estadual, responsáveis pela Educação, se articularão com os demais que atuem no processo do planejamento.

Art. 17.º O Estado aplicará anualmente, nunca menos de 20% (vinte por cento) da renda dos impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1.º O Estado poderá efetuar convênios com Municípios, visando a aplicação de recursos para os fins a que se refere este artigo.

§ 2.º Os Municípios só poderão obter auxílios ou empréstimos do Estado enquanto destinarem, em seus orçamentos, pelo menos 20% (vinte por cento) da renda resultante dos impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, em harmonia com os planos estaduais e mediante prova de sua efetiva aplicação.

Art. 18.º Caso a arrecadação estadual de impostos, em exercício, supere o quintuplo da despesa realizada para os fins a que se refere o artigo anterior, 20% (vinte por cento) do excesso será acrescido, no exercício seguinte, aos recursos destinados à educação.

Art. 19.º O emprego dos recursos públicos, destinados à educação, quer sejam designados no orçamento do Estado, quer sejam provenientes de contribuição da União, de convênios com os municípios, ou de outra fonte, far-se-á de acordo com o plano de aplicação que atenda às diretrizes do Plano Estadual de Educação.

Art. 20.º Os recursos a que se refere o artigo 1969, da Constituição Federal, serão aplicados, de acordo com o disposto no artigo 93, da Lei Federal n. 4.024, de 1961, preferencialmente, na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino, de acordo com os planos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação, de sorte que se assegurem:

I — o acesso à escola do maior número possível de educandos;

II — a melhoria progressiva do ensino e o aperfeiçoamento dos serviços de educação;

III — o desenvolvimento de ensino técnico, científico e do ensino normal;

IV — o desenvolvimento das ciências, letras e artes.

§ 1.º São consideradas despesas com o ensino:

a) — as de manutenção e expansão do ensino;

b) — as de concessão de bolsas de estudos;

c) — as de aperfeiçoamento de professores, incentivo à pesquisa e realização de congressos e conferências;

d) — as de administração estadual.

§ 2.º Não são consideradas despesas com o ensino:

a) — as de assistência social e hospitalar, mesmo quando ligadas ao ensino;

b) — os auxílios e subvenções para fins de assistência.

Art. 21.º O Estado proporcionará recursos a educandos que demonstrem necessidade e aptidão para estudos, sob duas modalidades:

a) — bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;

b) — financiamento para reembolso dentro do prazo razoável, nunca superior a 15 (quinze) anos.

§ 1.º Os recursos a serem concedidos sob a forma de bolsa de estudos, poderão ser aplicados em estabelecimentos reconhecido, escolhido, pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.º O Conselho Estadual de Educação, tendo em vista os quantitativos das bolsas de estudos e financiamento, atribuídos ao Estado pelo Conselho Federal de Educação e os recursos estaduais para o mesmo fim:

a) — fixará o número e os valores das bolsas, de acordo com o custo médio do ensino nos municípios e com o grau de escassez de ensino oficial em relação à população em idade escolar;

b) — organizará as provas de capacidade a serem prestadas pelos candidatos, sob a condição de autenticidade e imparcialidade que assegurem oportunidades iguais para todos;

c) — estabelecerá as condições de renovação anual das bolsas, de acordo com o aproveitamento escolar demonstrado pelos bolsistas.

§ 3.º Nos termos do artigo 94, § 4.º, da Lei Federal n. 4.024, de 1961, somente serão concedidas bolsas de estudo a alunos de curso primário quando por falta de vagas, não puderem ser matriculados em estabelecimentos oficiais.

§ 4.º Não se inclui nas bolsas de que trata o presente artigo, o auxílio que o Estado conceder a educandos sob a forma de alimentação, material escolar, vestuário, transporte, assistência médica ou dentária.

Art. 22.º O Estado dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

a) — subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;

b) — assistência técnica mediante convênio, visando ao aperfeiçoamento do magistério, à pesquisa pedagógica e à promoção de congressos e seminários;

c) — financiamento a estabelecimentos particulares ou mantidos pelos municípios, para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos.

Parágrafo único. Além de outras que venham a ser fixadas pelo Conselho Estadual de Educação, serão adotadas como condições para a concessão pelo Estado, de financiamentos a qualquer estabelecimento de ensino, as mesmas que constam dos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, do artigo 95, da Lei Federal n. 4.024, de 1961.

Art. 23.º O Poder Público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições educacionais de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas e cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico.

Art. 24.º As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete (7) anos, serão estimuladas a organizar e manter creches, escolas materiais e outras instituições de educação pré-primário.

25. A educação pré-primária, realizada em cooperação com a família e instituições especializadas, objetiva dar aos menores, entre 3, 5 ou 6 anos, com vistas à formação de sua personalidade, condições necessárias ao desenvolvimento de sua capacidade sensorio-motriz e ao mesmo tempo, indicativo, na vida moral, social e intelectual.

Art. 26.º Ensino Fundamental — corresponde ao ensino básico para as crianças e adolescentes de 6-7 a 14, anos, objetivando atender às suas características biopsico-sociais, desenvolver criatividade, capacidade de expressão, comunicação e de escolha crítica ao mesmo tempo que dar condições para a exploração vocacional e conhecimento do mundo físico, cultural e social.

Art. 27.º O Ensino Fundamental será ministrado em 9 (nove) anos, em etapas contínuas, em caráter universal e obrigatório.

Art. 28.º Ensino Colegial — corresponde à continuidade do Ensino Fun-

damental, compreendendo uma etapa básica e comum de 2 (dois) anos a todos os ramos e outras etapa profissionalizante de 1 a 2 anos, de caráter terminal ou de preparação ao ensino superior. A etapa final visará criar condições para a assimilação dinâmica de conhecimentos e habilidades básicas necessárias ao treinamento profissional.

Parágrafo único. Os Estabelecimentos de Ensino Colegial poderão oferecer os dois primeiros anos de formação básica em unidades comuns atribuindo a fase terminal a unidades especializadas em uma ou mais áreas do ensino técnico científico.

Art. 29. A criação de novas unidades de ensino normal obedecerá a critérios racionais de distribuição da rede, em função das necessidades de formação de professores para o ensino fundamental e de condições técnico-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento dos programas dos colégios normais.

Art. 30. O Ensino Superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 31. O Ensino Superior Estadual indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados ou não em Federações de escolas superiores nos termos da Lei Federal.

Parágrafo único. O regime jurídico em todas essas instituições será sempre o de fundação de direito público.

Art. 32. As Universidades Estaduais atenderão prioritariamente as necessidades do sistema de ensino público, mormente à demanda de professores especialistas em educação.

Art. 33. Só será permitida a instalação de novo estabelecimento de ensino superior quando a rede existente não satisfizer as exigências, inclusive qualitativas, do desenvolvimento cultural e material do Estado.

§ 1.º. A instalação de qualquer curso só em caso excepcional importará na criação de novo estabelecimento, devendo, de preferência, processar-se nas universidades e nos institutos isolados já em funcionamento.

§ 2.º. Na criação de novos cursos ou estabelecimentos serão atendidos, de preferência, as áreas de conhecimento tida como prioritárias porque mais de perto vinculadas ao desenvolvimento nacional.

§ 3.º. O Conselho Estadual incluirá, entre as condições para funcionamento de instituição de ensino superior, mantida pelo Estado ou por municípios, ou por eles subvencionada, o prédio e satisfatório atendimento na localidade de ensino de grau primário e médio.

Art. 34. Os cargos e empregos de docência serão estruturados em séries de classes e seu provimento inicial dependerá de concurso de títulos e provas.

Parágrafo único. No caso de ensino médio e superior, também haverá concurso para o provimento de cargo na última série de classes do respectivo grupo ocupacional.

Art. 35. Educação de Adolescentes e Adultos — O Estado e os Municípios, em colaboração com as organizações comunitárias, promoverá a reintegração dos adolescentes e adultos nas atividades educativas através de processos acelerados de ensino e de formação profissional, adotando métodos próprios e adequados as características de aprendizagem.

Art. 36. Educação de Excepcionais — será ministrada em instituições e estabelecimentos especializados, assim como nas classes regulares ou classes especiais dentro dos próprios estabelecimentos de ensino comum, objetivando a integração do excepcional na sociedade.

Art. 37. O sistema estadual procurará integrar-se com as entidades federais ou privadas de formação profissional, promovendo ou criando e mantendo Escolas Técnicas, Centros de Treinamento e Institutos Politécnicos, segundo projetos ou planos de formação de recursos humanos a nível nacional e regional. A localização das unidades, neste setor, deverá obedecer a estritos critérios sócio-econômicos, de modo a proporcionar tipos e quantidade de formação conforme as necessidades do mercado de trabalho nas diversas regiões do Estado.

Art. 38. Procurar-se-á na organização do sistema de formação profissional, atender a necessária articulação entre as fases terminais do ensino fundamental e do colegial, a fim de garantir amplas oportunidades de extensão da escolaridade.

Art. 39. A fim de prover as condições necessárias à modernização do ensino, serão criados em cada região do Estado do Paraná, centros regionais de educação, com as seguintes atribuições:

- a) — assistência técnico-pedagógica aos estabelecimentos de ensino fundamental e colegial;
- b) — avaliação de estabelecimentos e redes locais de ensino;
- c) — programação de treinamento e aperfeiçoamento;
- d) — elaboração de projetos especiais de educação.

Art. 40. O Conselho Estadual de Educação será constituído por 21 (vinte e um) membros nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, incluindo representantes dos diversos graus de ensino e do magistério oficial e particular, de notável saber a experiência, em matéria de educação.

Parágrafo único. Entre seus novos membros deverão incluir-se preferencialmente os Reitores das Universidades Estaduais.

Art. 41. O Poder Executivo providenciará, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Lei, o encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado, dos anteprojetos de leis complementares que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. Até que se complete, através de lei, decretos e resoluções, a composição das normas que constituirão o Sistema Estadual de Ensino, prevalece, no que não conflitarem com esta Lei, as disposições da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 128-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual em Vila Oliveira, na cidade de Rolândia, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 248-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Dom Manuel da Silveira D'Elboux a estabelecimento de ensino primário, sediado na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 282-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Acyr Haefz José, um dos Grupos Escolares da Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 23-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao Município de Palmas, passando pelo Distrito de Ubaldino Taques.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 24-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Londrina, sediada no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 32-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação "Lar de Meninas de Francisco Beltrão" (Assembleia de Deus), com sede na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 33-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 52-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do pagamento a taxa de água e esgotos os hospitais de caridade, albergues e entidades assistenciais e filantrópicas que mantenham ambulatório médico de atendimento gratuito aos necessitados, com sede e foro no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Para que os hospitais de caridade, albergues e entidades que os ocupantes dos cargos de diretoria exerçam suas atividades gratuitamente e não percebam, sob qualquer título ou justificativa, salário, remuneração, dividendo, ajuda de custo ou outro qualquer benefício, pecuniário ou não, como retribuição pelo exercício de suas funções.

Art. 2.º — O Poder Executivo regulamentará a presente lei, através de decreto que passará a ser parte integrante dela, dentro de 30 (trinta) dias da data de sua sanção.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 51-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Estatuto do Banco do Estado do Paraná S. A., para criar a Carteira de Financiamento da Educação, com a finalidade precípua de financiar, pelo sistema de bolsas reembolsáveis, os estudantes dos cursos de grau médio, técnico e universitário.

Art. 2.º — O Banco do Estado do Paraná S. A., por intermédio de sua Carteira de Financiamento da Educação, poderá funcionar como agente do Estado, na aplicação de recursos financeiros ou auxílios concedidos por órgãos federais ou outras entidades.

Art. 3.º — A Carteira de Financiamento da Educação poderá conceder empréstimos para construção, ampliação ou reforma de prédios escolares, e para a aquisição de equipamentos, desde que destinados a instituições de ensino localizadas no Estado do Paraná.

Art. 4.º — A implantação do sistema de financiamento previsto na presente lei, não impedirá o Estado de continuar a conceder bolsas gratuitas aos estudantes comprovadamente carentes de recursos.

Art. 5.º — A regulamentação da presente lei somente será baixada após pré-

via aprovação do Conselho Estadual de Educação, dentro do prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 119-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Coronel de Engenharia Rodolpho Gustavo da Paixão Netto, Chefe do Estado Maior da 5.ª Região Militar — Divisão de Infantaria.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 126-72

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as demais formalidades legais, alienar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído pelos lotes n.ºs 21 e 22 da Planta Praça Santos Andrade, medindo 36,87 m (trinta e seis metros e oitenta e sete centímetros) de frente para a rua Conselheiro Laurindo, fazendo esquina com a rua Marechal Deodoro, em cuja frente mede 24,07m (vinte e quatro metros e sete centímetros) com a área total de 940,00 m² (novecentos e quarenta metros quadrados) aproximadamente, contendo um prédio de alvenaria de tijolos, coberto de telhas, bastante antigo, adquirido conforme transcrição n.º 32.135, do Livro 3 M, da 3.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-72

(aa.) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
A. Maciel Filho
Mugiatti Filho
Relatores